



Caro associado, boa tarde

Atualizamos a informação no âmbito das medidas ao Covid-19:

1- Remetemos a informação sintetizada sobre o estado de emergência ontem renovado e a legislação inerente. Sintetizamos a seguir a legislação e no final deste email colocamos o resumo das medidas.

DECRETO N.º 2-B/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 66/2020, 2º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-04-02

Regulamenta a prorrogação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 22-A/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 66/2020, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-04-02

Autorização da renovação do estado de emergência

DECRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA N.º 17-A/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 66/2020, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-04-02

Renova a declaração de estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública

2- Relativamente ao **incentivo financeiro extraordinário para apoio à normalização da atividade da empresa, a conceder pelo IEFP, IP**, no âmbito das medidas de apoio de carácter excecional e temporário destinadas aos trabalhadores e empregadores afetados pela pandemia do COVID-19, previstas no Decreto-Lei n.º 10-G/2020, de 26 de Março, existe já informação disponível em <https://www.iefp.pt/covid19> contudo **estes mesmos apoios só estarão totalmente disponíveis do decorrer da próxima semana**. Recomendamos que analise já as condições e alguma questão envie email para Se.caldasrainha@iefp.pt.

3- Termina hoje o prazo de resposta ao primeiro questionário do **Barómetro** desenvolvido pela AIRO pelo que reiteramos a importância de resposta ao mesmo. Utilize este [link](#) é fundamental a sua participação!

4- A OesteCIM desenvolveu um questionário dirigido às entidades empregadoras com o objetivo de recolher informação para **implementação de um programa intermunicipal de apoio à economia e ao emprego na Região Oeste.** A sua participação é muito importante! da ao questionário aqui: [bit.ly/questionário-empresas-região-oeste](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSc_VU0a50B2Xe1p1-CK_q6b6UFq3hZRHmsrbh3kD8IQX5se-A/viewform?fbclid=IwAR0wcKPKIbCSinEuaQrUJ2Eat28QZNHkALN-Pjn43leFQRYRuN32bW-3QfA)

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSc_VU0a50B2Xe1p1-CK_q6b6UFq3hZRHmsrbh3kD8IQX5se-A/viewform?fbclid=IwAR0wcKPKIbCSinEuaQrUJ2Eat28QZNHkALN-Pjn43leFQRYRuN32bW-3QfA

5- Apoio ao Centro Hospitalar do Oeste - Neste momento um grupo de dezenas de voluntários, incluindo cerca de 60 costureiras, dez ateliers e 4 fábricas de confecção da região, estão de forma gratuita e voluntária num enorme esforço para dotar os profissionais de saúde, do Hospital das Caldas da Rainha, de equipamentos de proteção individual (batas, pijamas cirúrgicos, macacões cirúrgicos e cogulas).

A Airo contribuiu para esta causa, uma causa de todos nós!

Como pode contribuir?

- Simples! Faça transferência para o NIB abaixo indicado e de seguida envie o comprovativo para os emails referidos. São extremamente rápidos na resposta e na formalização do donativo, enviando o documento fiscal necessário para a vossa contabilidade.

Elementos:

Sonapel

Tel. 262833937 NIB: 0033 0000 000 1450 345 560 Comprovativo de pagamento enviar para o email: geral@sonapel.com e para wemendessisters@gmail.com

6- Informamos ainda que no decorrer da próxima semana a AIRO irá enviar informação no sentido de reiniciar a **formação profissional a todos os seus associados**. Esta mesma formação, dadas as circunstâncias atuais será por e-learning. Pedimos desde já que nos identifique as prioridades formativas para que possamos iniciar a formação o mais rapidamente possível.

Síntese das medidas ontem aprovadas em conselho de Ministros:

1- O Conselho de Ministros aprovou um decreto que visa estabelecer os termos das medidas excecionais e temporárias a implementar durante a vigência do estado de emergência, entre as quais:

- a limitação, no período compreendido entre as 00h00 do dia 9 de abril e as 24h00 do dia 13 de abril, da circulação para fora do concelho de residência habitual dos cidadãos, salvo por motivos de saúde ou por outros motivos de urgência imperiosa;

- proibição de ajuntamentos de mais do que cinco pessoas, exceto pessoas com laços familiares;
- a manutenção do exercício da atividade das empresas funerárias e a realização de serviços fúnebres dos mortos diagnosticados com COVID-19;
- o reforço dos meios e poderes da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), permitindo que sempre que se verifique indícios de um despedimento ilegal, o inspetor do trabalho lavre um auto e notifique o empregador para regularizar a situação.

2. Foi aprovado o decreto-lei que estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19, adequando-as à situação atual e assegurando que estas permitam prevenir eficazmente a proliferação de casos registados de contágio. Assim, o diploma visa:

- alargar o regime excecional de trabalho suplementar e extraordinário às instituições particulares de solidariedade social, associações sem fins lucrativos, cooperativas e demais entidades da economia social;
- prorrogar, até 30 de abril de 2020, os prazos para operações de limpeza da floresta;
- dispensar a cobrança de taxas moderadoras no âmbito do diagnóstico e tratamento da doença COVID-19;
- reconhecer a força probatória de cópias digitalizadas dos contratos, se a parte contra a qual forem apresentadas não requerer a exibição desse original;
- possibilitar que a aprovação e afixação do mapa de férias se realize até 10 dias após o termo do estado de emergência;

3. Foi aprovada uma resolução que, na sequência da pandemia COVID-19, prorroga os efeitos da declaração de situação de calamidade e a cerca sanitária no município de Ovar até 17 de abril de 2020, sem prejuízo de prorrogação ou modificação face à evolução da situação epidemiológica.

4. Foi aprovada uma proposta de lei, a submeter à apreciação da Assembleia da República, que estabelece um regime excecional com vista ao aumento da capacidade e a celeridade de resposta das autarquias locais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

Assim, o diploma visa dotar as entidades públicas que estão mais próximas da população de respostas mais eficientes e eficazes no apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, bem como suspender algumas das regras de assunção de compromissos e de pagamentos em atraso das entidades públicas, para prover a apoio social e a realização de despesas associadas à resposta a pandemia.

5. Foi aprovado o decreto-lei que define os procedimentos de atribuição de financiamento e compensações aos operadores de transportes essenciais, no âmbito da pandemia COVID-19, decorrentes da situação epidemiológica que motivou a declaração do estado de emergência.

Considerando as medidas adotadas para limitar a circulação de meios de transporte coletivos no sentido de preservar a saúde pública e garantir a segurança de utilizadores e trabalhadores, com impactos diretos na redução das receitas das operadoras de transporte público, justifica-se o desenvolvimento de mecanismos que promovam a sustentabilidade daquelas empresas e permitam a manutenção do serviço público de passageiros em níveis que permitam satisfazer necessidades mínimas de mobilidade.

6. Foi aprovado o decreto-lei que altera o prazo de implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos.

Tendo em conta a complexidade inerente à aplicação da faturação eletrónica nos contratos públicos, particularmente agravada no atual contexto pandémico, pretende-se mitigar o seu potencial impacto junto dos cocontratantes, alargando-se aqueles prazos até 30 de junho de 2021, para as pequenas e médias empresas, e até 31 de dezembro de 2021, para as microempresas. Introduce-se ainda uma alteração com vista a minimizar o risco decorrente do manuseamento de documento em papel no processo de emissão de faturas, especialmente relevante no atual contexto.

7. Foi aprovada a proposta de lei, a submeter à apreciação da Assembleia da República, que estabelece um regime excecional de flexibilização da execução das penas e das medidas de graça, no âmbito da pandemia COVID-19.

As especificidades do meio prisional aconselham que se acautele, ativa e estrategicamente, o surgimento de focos de infeção nos estabelecimentos prisionais, se previna o risco do seu alastramento e se salvguarde a vida e a integridade física dos reclusos.

Neste contexto de emergência, o Governo propõe a adoção de medidas excecionais de redução e de flexibilização da execução da pena de prisão e do seu indulto, que, pautadas por critérios de equidade e proporcionalidade, permitem minimizar o risco decorrente da concentração de pessoas no interior dos equipamentos prisionais, assegurar o afastamento social e promover a reinserção social dos reclusos condenados, sem quebra da ordem social e do sentimento de segurança da comunidade.

No âmbito da emergência de saúde pública ocasionada pela doença COVID-19, a presente lei estabelece, exceionalmente, as seguintes medidas: um perdão de penas de prisão; um regime especial de indulto das penas; um regime extraordinário de licença de saída administrativa de reclusos condenados; e a antecipação extraordinária da colocação em liberdade condicional.

8. Foi aprovado o decreto-lei que estabelece medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia COVID-19, no âmbito dos sistemas de titularidade estatal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.

O diploma vem proceder ao diferimento parcial da execução dos acordos de regularização de dívida, bem como à prorrogação do prazo para a cessão de créditos pelas entidades gestoras de sistemas multimunicipais ou de outros sistemas de titularidade estatal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, e pelas entidades gestoras de parcerias entre o Estado e as autarquias locais.

9. O Conselho de Ministros autorizou hoje a realização de despesa, pela Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, relativa aos seguintes procedimentos:

- celebração de contratos de cooperação para o ano letivo de 2020/2021, que visam apoiar financeiramente as cooperativas e associações de ensino especial e as instituições particulares de solidariedade social que desenvolvem atividades educativas e apoiam a escola na promoção do sucesso educativo das crianças e alunos com necessidade de mobilização de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão;
- apoios financeiros aos Centros de Recursos para a Inclusão decorrentes da celebração de contratos de cooperação para o ano letivo de 2020/2021, que visam apoiar financeiramente os Centros de Recursos para a Inclusão (CRI) que auxiliam a escola na promoção do sucesso educativo das crianças e alunos com necessidade de mobilização de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão;
- fornecimento de refeições confeccionadas nos estabelecimentos de educação do continente, durante o período compreendido entre 1 de setembro de 2020 e 31 de agosto de 2022.